Apresentação

Fermin Roland Schramm

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

REGO, S. Prefácio. In: SHRAMM, F. R. *Três ensaios de bioética* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015, pp. 11-18. ISBN: 978-85-7541-586-3. <https://doi.org/10.7476/9788575415863.0002>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Apresentação

Cada um dos três ensaios aqui reunidos – “Questões conceituais da bioética clínica: é possível uma metabioética realista?”, “A bioética e a moralidade da genômica” e “Bioética ‘e/ou’ biossegurança: uma possível interface na avaliação e gestão da prática da biotecnociência?” – tem sua relativa autonomia, mas trata também de temas mais gerais que atravessam todos eles. Pode-se, portanto, dizer que tais temas são transversais, o que implica uma *indisciplina* resultante de um cruzamento livre entre os saberes envolvidos.

O primeiro tema é de ordem epistemológica e diz respeito à pertinência e legitimidade do uso da “caixa de ferramentas” chamada bioética para analisar, descrever, compreender e tentar resolver os conflitos de interesses e de valores que podem surgir na relação que se estabelece entre um profissional da saúde e os usuários dos serviços pelos quais este é responsável. Em particular, a conflituosidade pode se manifestar entre médico e paciente durante o *set* clínico, prevalentemente orientado pelo objetivo da cura, mas podendo ser norteado, em determinados casos em que a cura seja vista como impossível (ou improvável), pelos simples cuidados (que podem ser paliativos) oferecidos ao paciente.

Esse tipo de análise crítica dos conceitos e argumentos utilizados na avaliação e normatização da práxis no campo das ciências da vida e da saúde é feito, tradicionalmente, pela metaética e, no caso específico analisado no primeiro ensaio, pela metabioética – de acordo com a denominação aqui proposta para indicar o tipo de metaética utilizado pela bioética clínica e que denominamos metabioética clínica. Ou seja, nos três ensaios, tal estatuto é olhado no âmbito consagrado de sua aplicação – a prática clínica no primeiro ensaio, a terapia genética no segundo e a ponderação entre riscos e benefícios no terceiro –, mas é também considerado independentemente de tais âmbitos específicos – constituídos respectivamente pela clínica médica, pela genética e pela biossegurança – ou de novos campos interdisciplinares e transdisciplinares em gestação – como aquele da inter-relação entre bioética e biossegurança.

Esse tema é abordado no primeiro ensaio, no qual nos perguntamos se o tipo de análise de segunda ordem, constituído pela metabioética, pode ter efeitos práticos significativos, tornando-se autênticos fatos, como proposto pelo pragmatismo e pela teoria dos atos de fala.

O segundo tema diz respeito à conflituosidade, considerada intrínseca ao *ethos*, que pode ser visto como o lugar onde se elaboram e se dão as práticas humanas, criadoras de conflitos, mas também as tentativas de resolvê-los graças à construção de possíveis mediações (ou convergências). E o terceiro tema está vinculado à questão metodológica da interdisciplinaridade, ilustrada em uma possível interface estabelecida entre bioética e biossegurança na avaliação da problemática dos riscos, implicada pela vigência do paradigma biotecnocientífico.

Em particular, no campo teórico aqui defenderemos a pertinência e a legitimidade de uma possível metabioética realista, considerada como uma das ferramentas analíticas da forma de ética aplicada conhecida como bioética, e que pode ser vista como uma discussão pertinente e legítima se considerarmos que essa separação entre primeira ordem e segunda ordem “tende a se desvanecer porque as diferenças nas concepções sobre a estrutura [da bioética] têm implicações para os problemas de primeira ordem, relativos à tomada de decisão” (Blackburn, 1997a: 246). O que não implica que devamos renunciar também a distingui-las, como tentaremos mostrar apresentando o debate entre realismo e idealismo desenvolvido, em particular, pela assim chamada *Italian theory*. Em seguida, abordaremos o tema da moralidade da prática humana no campo da genômica, considerando esta disciplina como um dos principais âmbitos das atividades da biotecnociência, abordadas pela bioética.

Aqui, no entanto, devemos explicitar o que entendemos por moralidade, pois o termo indica – de acordo com uma definição de dicionário – a qualidade ou característica do que é moral, ou – dito de maneira menos genérica – a qualidade da ação humana, avaliada de acordo com um juízo de valor que, em princípio, permite dizer se tal ação está ou não correta em determinada situação conflituosa. Assim, o estudo da moralidade deverá ter em devida conta tanto as indicações da deontologia como a kantiana – baseada na boa vontade diante dos deveres que devem ser respeitados independentemente de

suas consequências em termos de bem-estar e qualidade de vida do agente moral – como aquelas da teleologia utilizadas pelo consequencialismo e o utilitarismo, que – como os termos indicam – avaliam as consequências e a utilidade, tanto para os indivíduos como para a sociedade, de determinados comportamentos humanos, independentemente dos deveres norteadores que possam estar envolvidos. Aqui entenderemos o termo moralidade no sentido técnico de característica do ato humano, analisada e julgada de acordo com parâmetros valorativos que permitam dizer se este é correto ou incorreto, justo ou injusto, em determinada situação, e tendo em conta não somente as boas intenções (exigidas pela deontologia), mas também suas boas ou más consequências (exigidas em particular pelo utilitarismo).

Como já lembramos, tais temas perpassam os três ensaios, que podem, portanto, ser vistos como partes de um conjunto único atinente ao complexo campo da bioética – constituído nas tentativas de comunicação (ou de negociação) para resolver situações conflituosas –, com metodologia que pode ser vista como ao mesmo tempo multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, e inscrita no contexto social das sociedades democráticas e pluralistas atuais. De fato, segundo Gilbert Hottois (2003a: 480), as sociedades contemporâneas podem ser “caracterizadas pela diversidade cultural, tradicional, religiosa, comunitária, filosófica, moral, etc.”, a qual “atinge a própria percepção dos factos e das questões, [e] *a fortiori* das respostas e soluções apresentadas”, e “[tendo] em consideração essa diversidade [que] constitui um imperativo metodológico capital”. Entretanto, cada ensaio tem também sua identidade própria, embora contemple, de forma transversal, conteúdos também presentes nos outros dois.

O primeiro ensaio é a reelaboração de um artigo publicado em 2012 em que nos ocupamos da análise conceitual referente às ferramentas da bioética clínica a partir da pergunta – aparentemente contraintuitiva – quanto a ser possível uma metabioética realista, e respondendo de maneira afirmativa. Nele procuramos mostrar que não existe uma diferença significativa quando as ferramentas da metatética são aplicadas à ética ou à bioética, podendo-se, portanto, utilizar pertinentemente o neologismo metabioética, entendido como uma especificação da metaética quando suas ferramentas são aplicadas para

avaliar a cogência e consistência dos argumentos morais utilizados nos conflitos bioéticos.

No segundo ensaio, inédito, aplicamos as ferramentas da bioética ao caso dos conflitos morais envolvidos pelas práticas no campo da engenharia genética baseada no saber-fazer da genômica, e tentando mostrar que conflitos podem ser esses e como as ferramentas da ética aplicada chamada bioética permitem abordá-los.

O terceiro ensaio é uma revisão e o aprofundamento de um capítulo de livro bastante antigo, em que, pela primeira vez, discutimos as possibilidades de que dois tipos de saber distintos – a bioética e a biossegurança – estabeleçam entre si uma interface pertinente e justificada na avaliação e gestão da prática biotecnocientífica, tendo em vista a solução de seus conflitos e a possível complementaridade das duas caixas de ferramentas.

Mais especificamente, a temática do primeiro ensaio é, sobretudo, de tipo conceitual e metodológico, pois nele analisamos a possibilidade de associar dois âmbitos considerados inconciliáveis: aquele do real em que se dão as práticas dos profissionais clínicos (principalmente médicos) e aquele dos problemas conceituais e metodológicos envolvidos e analisados pela metabioética. De fato, o que faz que os dois âmbitos sejam aparentemente separados é a distinção consagrada entre atividade de primeira ordem, referente ao que se deve fazer e a como se comportar em determinadas condições – os fatos morais a serem analisados pela bioética –, e atividade de segunda ordem, a qual investiga os conceitos e os métodos utilizados no estudo dos referidos fatos morais avaliando a cogência dos argumentos em pauta que servem para justificar as práticas na clínica.

Entretanto, a pergunta se é possível uma metabioética realista deverá enfrentar a possível objeção segundo a qual tal possibilidade não existe conceitualmente, por ser a consequência de uma falácia de raciocínio, pelo menos se considerarmos que o adjetivo *realista* se aplica normalmente a um estado de coisas em princípio independente do conhecimento (ou das ideias) que elaboramos sobre ele e que deveria, portanto, ser separado do real enquanto tal. O neologismo metabioética, por sua vez, deverá se referir a uma atividade dita de segunda ordem, constituída pela análise racional e imparcial dos conceitos,

juízos e argumentos morais, assim como dos métodos utilizados no processo de análise. Em suma, devido a essa distinção entre atividades de primeira e de segunda ordem, a metabioética não poderia se ocupar propriamente de problemas práticos, vivenciados no real, reservando suas ferramentas analíticas para os problemas teóricos, ou seja: lógicos, semânticos e epistemológicos, em princípio independentes dos problemas normativos, inclusive de acordo com a distinção, feita pelos linguistas, entre linguagem e metalinguagem. Entretanto, os problemas abordados pela bioética têm, além de uma dimensão teórica, uma dimensão necessariamente prática, visto que se referem, em última instância, àquilo que deveríamos fazer e a como deveríamos nos comportar em uma situação conflituosa que envolve seres vivos.

Aqui, sustentaremos a tese de que é possível pensar uma metabioética realista, e defendê-la, partindo do pressuposto de que a distinção lógica entre problemas de primeira ordem e problemas de segunda ordem não implica a sua separação, uma vez que a maneira como a bioética aborda a conflituosidade vigente no *set* clínico pode ser vista como inseparável de uma análise dos conceitos e métodos envolvidos na argumentação, como nos ensina o método da complexidade – pois as diferenças nas concepções éticas podem ter implicações sobre as próprias tomadas de decisão. É o caso, por exemplo, dos embates, ainda atuais, sobre sacralidade e qualidade de vida e, conseqüentemente, sobre bioética laica e bioética religiosa, isto é, entre aqueles que remetem, em suas avaliações da moralidade da práxis humana, à sacralidade da vida ou, ao contrário, à qualidade de vida. Ou seja, de acordo com o bioeticista Maurizio Mori, entre uma concepção que “indica a inviolabilidade ou intangibilidade da vida humana” e outra que “afirma como valor fundamental a qualidade da vida humana entendida como bem-estar e/ou como respeito à autonomia das pessoas” (2002: 17). Em suma, propor uma metabioética realista implica salientar o fato de que uma análise pode ter efeitos práticos, como indica a expressão atos de fala, da linguística pragmática, nos quais dizer e fazer são inseparáveis, pois, em determinadas situações, ao dizer algo realizamos um ato locutório que tem seus efeitos práticos sobre os envolvidos, e que a bioética se propõe a abordar.

A segunda temática é mais especificamente prática, embora não separada dos problemas teóricos da primeira, pois aborda a moralidade das práticas da

genômica – ou seja, a qualidade dos atos humanos analisados e julgados de acordo com valores morais que permitam dizer se estão corretos ou não –, considerando a genômica como um dos principais âmbitos da biotecnociência. Esta entendida como o conjunto de ferramentas tanto teóricas (por ser uma ciência) como técnicas (por ser uma tecnociência) e práticas (por envolver vários tipos de atores), que buscam, conjuntamente, conhecer e transformar seres e processos vivos tendo em vista o bem-estar de indivíduos e populações. Ou, mais simplesmente, para evitar danos ou controlar riscos considerados desnecessários e, portanto, em princípio evitáveis.

Aqui a pergunta norteadora dessa temática será se o trabalho dos profissionais da genômica é moralmente justificável ou questionável, tendo em conta não somente a produção logoteórica de conhecimentos e a capacidade técnica de transformar os seres vivos, mas também (ou sobretudo) os possíveis efeitos positivos ou negativos sobre a qualidade de vida dos seres humanos envolvidos, dos animais e dos sistemas vivos em geral (como os ecossistemas). Entretanto, tal pergunta parece ser contraintuitiva, por aparentemente questionar a liberdade humana de conhecer e pesquisar, o que seria contrário à própria história da cultura científica e à melhoria da condição humana graças à produção do saber. Mas, de fato, a pergunta se mostra pertinente quando se levam em conta os dispositivos de poder e de biopoder envolvidos nessa produção, que implicam relações de poder entre pesquisadores, sujeitos e populações investigados, a indústria e o mercado, sendo que tais relações de poder (e biopoder) resultam em conflitos de vários tipos, a começar pelos conflitos de interesses entre atores envolvidos, um dos problemas mais discutidos pela bioética nas últimas décadas, mas também conflitos entre visões de mundo aparentemente inconciliáveis, baseados, entre outros, em preconceitos não justificados.

Assim, pode-se falar pertinentemente em moralidade da genômica, entendendo com esta expressão uma dimensão que pode ser objeto de estudo da bioética, uma vez que a genômica, entendida como âmbito do saber-fazer biotecnocientífico, envolve tanto conhecimentos teóricos como práticas e técnicas, constitutivas dos dispositivos, entendidos – de acordo com Foucault – como redes de relações “que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, (...) regramentos, leis, medidas administrativas,

enunciados científicos [e que estabelecem] a natureza do nexo que pode existir entre esses elementos” (Castro, 2009: 124); ou – segundo a reinterpretação de Agamben – como “a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (2006: 22).

A terceira temática é, em parte, um desdobramento da segunda, mas está também relacionada com a primeira, pois parte da pergunta se as duas caixas de ferramentas, representadas pela bioética e pela biossegurança, são não somente distintas, mas também separadas, ou, então, se são indissociáveis, pois apesar de atuarem em âmbitos específicos, teriam alguma relação entre si, o que indicamos pelo termo técnico interface. Em realidade, existe uma espécie de “ar de família” entre as duas caixas de ferramentas, pois ambas são consideradas pertinentes para estudar e avaliar as práticas, seus produtos e dispositivos resultantes da vigência do paradigma biotecnocientífico – “o conjunto de ferramentas teóricas, técnicas, industriais e institucionais que visam entender e transformar seres e processos vivos, de acordo com necessidades/desejos de saúde [e] visando [ao] bem-estar de indivíduos e populações humanas” (Schramm, 2005: 21) – no campo das ciências da vida, devido, sobretudo, à sua periculosidade (real ou potencial) que pode afetar a qualidade de vida de indivíduos e populações humanas, e de animais não humanos, assim como a qualidade dos ambientes naturais, tanto no presente como no futuro.

Nesse sentido, as duas caixas de ferramentas podem servir para abordar, em particular, a questão dos riscos implicados pelo saber-fazer biotecnocientífico na idade da sociedade global de riscos, na qual qualquer atividade humana que envolva seres e sistemas vivos parece ter se tornado uma fonte de ameaças não mais elimináveis, visto que o risco se tornou uma característica da condição humana (Beck, 2007). Parece, portanto, legítimo falar em interface desses dois tipos de saber (a bioética e a biossegurança), pois, no contexto da sociedade do risco estrutural e global, eles parecem compartilhar uma preocupação normativa comum e se ocupar dos mesmos tipos de problema, tais como a avaliação do uso das biotecnologias e, em particular, a ponderação entre riscos e benefícios sociais envolvidos pelo saber biotecnocientífico. E isso mesmo que cada saber os aborde de maneira específica, ou seja, apesar de tais problemas não serem abordados da mesma maneira, visto que bioética e biossegurança são

também saberes distintos que não podem ser confundidos. Afinal, a primeira é um novo âmbito específico da ética, que se ocupa *inter alia* dos riscos do ponto de vista dos valores morais vigentes em uma sociedade complexa, e a biossegurança pode ser vista como um novo âmbito de estudo que se ocupa dos riscos biológicos (chamados biorriscos) lançando mão de medidas técnicas, administrativas e também legais (como mostram as várias leis de biossegurança, inclusive no Brasil). Assim, parece que bioética e biossegurança compartilham problemas comuns, como aquele dos riscos, embora não sejam abordados da mesma maneira e com o mesmo tipo de olhar.

Mas falando em interface, queremos destacar, sobretudo, que é possível um diálogo entre campos problemáticos distintos que não são separados, razão pela qual a relação entre eles deve ser vista como uma relação complexa, se é verdade que a complexidade implica saber distinguir sem separar e juntar sem confundir (Schramm, 2010a) problemas e soluções. Em particular, o termo interface se mostra adequado se pensarmos que a biossegurança pode precisar da legitimação valorativa da bioética para justificar moralmente seus procedimentos de controle aplicados à sociedade de riscos, e porque a bioética pode encontrar na biossegurança uma aliada para estabelecer um terreno comum no qual se possa estabelecer um diálogo normativo profícuo entre legitimidade e legalidade, diante dos graves problemas representados pelos riscos globais.

A tradução dos trechos citados ao longo dos três ensaios é de nossa inteira responsabilidade.